EM ACORDO, FUNDAÇÃO RENOVA REPASSARÁ CERCA DE R$ 11 MILHÕES DE REAIS A MARIANA

Depois de grandes cobranças, a Fundação Renova, entidade criada pela Samarco e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, para gerenciar as medidas de reparação e compensação do maior crime ambiental.

Mariana continua linda, porém arrasada economicamente após a tragédia com a Barragem de Fundão, a cidade de Mariana ainda luta para receber quantias para reparar os danos do tsunami de lama. Nesta quinta-feira (25), mais um passo foi dado. Um acordo entre a prefeitura, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e a Fundação Renova vai garantir a transferência de R$ 11,4 milhões anualmente para o município aplicar nas áreas da saúde e da assistência social.

A partir do acordo, a expectativa da Promotoria e do município é amparar os atingidos que convivem com problemas de saúde decorrentes da catástrofe. Serão aplicados R$ 6,4 milhões para a contratação de profissionais, aluguel de veículos e aquisição equipamentos. Quanto à assistência social, serão injetados R$ 5 milhões com o mesmo objetivo do aporte anterior. O serviço ficou sobrecarregado depois do desastre ocorrido em 5 de novembro de 2015, especialmente por ex-moradores das comunidades arrasadas pela lama.

Segundo a 1ª Promotoria de Justiça de Mariana, que firmou o acordo, o MPMG e o município de Mariana tentaram negociar extrajudicialmente um acordo com as empresas, mas houve resistência. Então, em agosto de 2018, uma Ação Civil Pública (ACP) foi protocolada contra a Samarco e suas controladoras Vale e BHP Billiton para pleitear o dinheiro.

O prazo de repasse anual, previsto no acordo, é de três anos após a conclusão dos reassentamentos das comunidades atingidas. Depois deste período, o pacto pode ser prolongado caso haja necessidade, mediante avaliação comum entre as partes.

O prefeito de Mariana, Duarte Júnior (PPS), lamentou que a Fundação Renova só garanta os direitos da população do município depois de batalhas judiciais. "*É um sentimento de repúdio e revolta. É um direito da população que não foi reconhecido anteriormente. Infelizmente, mais uma vez, se não tivesse a interferência da Justiça, a população não teria seu direito respeitado*", afirmou.

O chefe do Executivo afirmou, o município gasta cerca de R$ 70 milhões anualmente com a saúde. Ele também ressaltou que os custos com assistência social dispararam depois da tragédia, principalmente pelo crescimento do número de desempregados. "*Não falta recurso financeiro (para a Fundação Renova). É importante as pessoas saberem disso. As mantenedoras, tanto a Vale quanto a BHP, tê mandado os recursos. Prova disso é que já foram gastos R$ 5 bilhões. Mas, infelizmente, qualquer ação que é justa para o município de Mariana só sai através da Justiça*", lamentou.

Decreto de calamidade

A prefeitura de Mariana, no dia 26 de março, chegou a decretar calamidade financeira do município. A decisão foi tomada após a paralisação das minas de Alegria e Fábrica Nova, ambas da Vale, situadas na cidade.

Em razão disso, houve interrupção dos serviços de saúde até 2 de abril, quando o decreto foi revogado. O fim da calamidade financeira se deu a um aporte financeiro temporário firmado pela Vale com o município. Tentamos contato com a Fundação Renova e no entanto não recebemos nenhum retorno.

http://jornalpanfletus.com.br/noticia/763/em-acordo-fundacao-renova-repassara-cerca-de-r-11-milhoes-de-reais-a-mariana em 04/05/2024 05:38